

25 SET 1998

Mato Grosso e a economia do País

Oscar Soares Martins*

O desenvolvimento do Brasil passa por Mato Grosso. Não é ufanismo, mas simples constatação ao verificar a posição estratégica de Mato Grosso no mapa da América do Sul. Cuiabá está a 2.000 km do porto de Santos e também a 2.000 km do Oceano Pacífico. Considerando a globalização da economia mundial, o mercado matogrossense é um ótimo investimento para empresas que querem atingir os países latinos e asiáticos.

Após passar décadas esquecido, com poucas obras estruturais, Mato Grosso verifica o desenvolvimento de corredores de exportação que possibilitam a saída de produtos por todas as suas divisas. No próximo ano, a Ferronorte estará chegando a Alto Taquari, cidade na divisa com Mato Grosso do Sul. A soja matogrossense poderá ser escoada pelos trilhos até o porto de Santos. Paralelamente, a hidrovía dos rios Mortes e Araguaia está em fase adiantada, corredor que irá levar a produção matogrossense para o porto de São Luís, no Maranhão.

A hidrovía do rio Madeira está em pleno funcionamento e, nos próximos anos, a MT-235, já federalizada, estará sendo pavimentada para ligar as rodovias BR-163 e 364, cortando o maior centro produtor de grãos do Estado e integrando-o ao complexo hidroviário. A produção irá sair pelos rios Madeira e Amazonas. A hidrovía no rio Paraguai está em fase de implantação e irá colocar a produção matogrossense dentro do Paraguai, da Argentina e do Uruguai. A sua viabilidade foi comprovada com o transporte da turbina para a Usina Termelétrica de Cuiabá, construída pela multinacional Enron.

Na região Norte, Mato Grosso presencia a pavimentação da BR-163 até a divisa com o Pará, bem como o avanço dos estudos sobre a hidrovía nos rios Teles Pires/Juruena e Tapajós, levando a produção de soja e madeira para o porto de Santarém, no Pará. A preocupação com o escoamento da produção matogrossense não é por menos. O Estado, hoje, é o primeiro produtor de soja no País e o terceiro produtor de grãos. Conquistou o primeiro lugar de algodão com 111 mil hectares plantados e 270 mil toneladas de pluma. É o

8º Estado exportador do País.

O principal empecilho para o desenvolvimento econômico do Estado - a energia - hoje está equacionado. A empresa Enron está construindo a Termelétrica de Cuiabá com investimento, primeiro da Enron no País, de US\$ 500 milhões. Dentro de quinze dias, a usina começa com 150 megawatts. Em dois anos, chega a 480 megawatts.

A Usina de Manso está com as obras em andamento e irá produzir 200 megawatts. Somando com o gasoduto Brasil-Bolívia e com outras usinas de menor porte, Mato Grosso atinge em três ou quatro anos o total de 1.200 megawatts, com uma sobra de 400 megawatts. Tal sobra poderia ser exportada, mas a reivindicação do setor produtivo no Estado é a atração de investimentos em Mato Grosso que utilize este potencial, gerando renda e emprego. Haverá sobra inclusive no potencial de gás natural, após a implantação do gasoduto. Será este mais um bom motivo para abertura de negócios em Mato Grosso, com a energia barata e facilmente acessível em disponibilidade.

Ampliando a sua presença dentro da economia brasileira, o Estado em desenvolvimento sofre também, e talvez mais do que regiões já em processo de estagnação econômica, os efeitos da economia brasileira instável. A estabilização inflacionária não significa tranquilidade econômica quando se verifica que é pautada em política de juros altos, bem como na valorização da importação através da defasagem cambial.

O quadro de desenvolvimento no Estado poderia ser mais otimista, se empresas não estivessem estagnadas ou paralisadas por falta de condições de captar recursos no mercado a juros exorbitantes. Os juros em alta reduzem não apenas o investimento da iniciativa em produção, mas engessam o próprio poder público. O déficit somente no Fundo de Cooperação de Variações Salariais ultrapassa US\$ 50 bilhões e aumenta a cada ano. O déficit público é corrigido pelos juros que pagam a especulação. Dinheiro que pode-

ria estar financiando a produção movimenta um círculo vicioso de investimentos dúbios em bolsas de valores e afins.

A defasagem cambial entre o real e o dólar bloqueia a exportação brasileira e contribui para a balança comercial negativa. O País hoje importa tudo e Mato Grosso pode ser considerado uma exceção em termos de produtividade agrícola em crescimento. A carga tributária e fiscal é a pá de cal sobre o setor produtivo. O dever de casa á cobrado apenas da sociedade. Mas o poder público não faz a sua obrigação. As reformas que o País precisa não caminham e o governo gasta mais do que arrecada. A flexibilização da banda cambial, reivindicada por economistas de todas as tendências, é ignorada pela equipe econômica governamental.

A sobra de energia poderia ser exportada, mas a reivindicação do setor produtivo é a atração de investimentos

Reforma fiscal, reforma tributária, reforma previdenciária, ficam apenas promessas de parlamentares e ministros.

Os agentes financeiros arrecadam e não investem em produção. Não aplicam em agricultura. Não financiam habitação. A não ser que o requerente seja irracional de contrair taxas extorsivas de juros. Não há inflação em supermercados. Mas a inflação nos recursos de financiamentos da produção através de juros e defasagem cambial é danosa tanto quanto.

O Brasil avançou muito nos últimos dez anos. Em termos políticos, não há mais riscos. A democracia está preservada. Mas estabilidade política se fortalece também com crescimento econômico e distribuição de renda. Se não há como investir em produção, como garantir a Saúde e Educação? O empresário fecha as suas portas e demite dezenas ou centenas de trabalhadores. O poder público perde em arrecadação para o FGTS ou para a Previdência. Apesar de tudo, o Brasil segue o caminho do México, dos Tigres Asiáticos, do Japão e da Rússia.

Devido a estas dificuldades, que devem proporcionar um ano de 1999 extremamente difícil em termos produtivos, Mato Grosso precisa se precaver e lutar pela

formação de um bloco Centro-Oeste, incluindo ainda os estados de Rondônia e Tocantins. Tal bloco, com a presença de todos os governadores e federações empresariais, precisa fortalecer a atuação conjunta dos parlamentares dentro do Congresso Nacional. Uma das principais batalhas é pela distribuição justa do FPE, que favorece, por critérios dúbios, estados nordestinos.

O que ocorre na verdade é o desvio de recursos da região Centro-Oeste para outros pontos do País, favorecendo que nas demais regiões não haja esforços em termos de arrecadação. Se no século XX as regiões Sudeste e Sul foram o carro-chefe do País, hoje são duas regiões estagnadas e com fortes dificuldades sociais. A região Centro-Oeste, atuando em bloco, poderá se posicionar como a principal opção de investimentos, tanto nacionais quanto internacionais. Mas á preciso ação política.

Pesquisa da empresa de consultoria norte-americana T. Kerney mostra que multinacionais norte-americanas estarão investindo no Brasil o equivalente a US\$ 60 bilhões entre 1997 e 1999. A região Centro-Oeste possui terra fértil, possui um dos maiores e mais qualificados rebanhos bovinos do país, tem hoje a maior produção algodoeira e uma das maiores em grãos. A problemática energética está solucionada e o potencial turístico, que pode servir como opção de investimento para multinacionais de qualquer segmento, é vasto. As opções hidroviárias se fortalecem e potencial ferroviário se expande.

A iniciativa privada das demais regiões do país e investidores internacionais não podem se omitir; precisam conhecer a região Centro-Oeste, precisam analisar o potencial de Mato Grosso ou estarão perdendo oportunidades de negócios que, nas condições econômicas atuais, não é possível desprezar. Dentro da conjuntural atual de juros altos e despréstígio da produção, o Custo Brasil precisa ser combatido também com o melhor posicionamento da empresa dentro do mercado. E, para tanto, a região Centro-

*Presidente do Sindicato da Indústria da Construção de Mato Grosso (Sinduscon/MT) e vice-presidente da Federação da Indústria do Estado (Fiemt)